

Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar

Fernanda Ribeiro*

1. A Arquivística: de prática empírica a disciplina auxiliar da História

A Arquivística como disciplina é um “produto” da Modernidade e, portanto, muito recente quando comparada com a longevidade dos arquivos (hoje, entendidos como sistemas de informação), seu objecto de estudo. Na verdade, desde que o Homem se começou a manifestar como ser pensante, agindo individual e socialmente, que começou a produzir informação e a comunicar através de mensagens, com códigos mais ou menos elaborados. A necessidade de criar uma memória duradoira dos actos e acontecimentos mais relevantes conduziu ao aparecimento da escrita (registo de informação sobre um suporte material), surgindo, assim, condições para que a informação perdurasse ao longo do tempo.

É hoje um lugar comum considerar que a origem dos arquivos é coincidente com o nascimento da escrita, nas regiões do Crescente Fértil, há cerca de seis milénios a. C. A evolução dos arquivos desde as suas mais remotas origens até à Revolução Francesa – acontecimento que modelou estruturalmente a sociedade contemporânea, tendo marcado também o início de uma nova fase na vida dos arquivos – processou-se de uma forma mais ou menos linear, sem rupturas ou desvios significativos, acompanhando as alterações sociais, económicas, políticas e culturais dos vários tempos e momentos

* Professora Auxiliar do Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

históricos. Foi uma evolução em continuidade, favorecendo o desenvolvimento de uma prática empírica, de forma natural, isto é, buscando soluções pragmáticas para problemas que se iam revelando, “inventando” métodos e modelos de organização de base lógica, racional e funcional, respondendo com procedimentos ajustados à complexidade das situações, sempre numa óptica de eficácia e operacionalidade dos arquivos com vista ao funcionamento regular e satisfatório das necessidades de informação dos seus utilizadores¹.

Este percurso evolutivo sem sobressaltos foi estruturalmente alterado em consequência da Revolução Francesa e dos acontecimentos que se lhe seguiram. Com efeito, a nova ordem burguesa e liberal, que se impôs por via revolucionária em França, em 1789, veio favorecer a implantação de um modelo político-administrativo e cultural, que afectou de forma marcante os sistemas de informação arquivística. A nacionalização dos bens das classes dominantes do Antigo Regime (em particular a Igreja) e a remodelação radical das estruturas administrantes e governativas do país levaram os novos detentores do poder, por razões de ordem ideológica, política e administrativo-financeira, a apropriarem-se da documentação relativa aos bens nacionalizados. Deste modo passaram para as mãos do Estado Liberal os arquivos e as bibliotecas das antigas estruturas organizacionais (públicas e privadas), num processo não isento de vicissitudes as mais complexas, resultando em separações arbitrárias de conjuntos orgânicos unitários e em reorganizações anti-naturais de documentação que, por efeito das nacionalizações, fora fisicamente desagregada e indevidamente misturada.

O processo revolucionário francês teve, ainda, por consequência – como solução pragmática para instalação e consequente utilização dos arquivos nacionalizados – a criação de uma instituição/serviço de novo tipo, destinada a custodiar, tratar e disponibilizar a informação que passara a ser propriedade da Nação, a qual recebeu o nome de Archives Nationales.

Cria-se, pois, por decreto, um arquivo que não é, na sua génese, um sistema de informação, mas sim um edifício, uma instituição, um serviço que se destina a albergar sistemas de informação arquivística produzidos e mantidos ao longo de décadas ou

¹ Sobre a evolução da prática arquivística ao longo dos tempos, ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto : Edições Afrontamento, 2002. cap. 2, p. 45-201.

séculos por entidades orgânicas, entretanto extintas. Nasce, assim, aquilo a que chamamos com propriedade o “modelo francês”, que rapidamente se replicou em outros países da Europa onde a burguesia tomou o poder, passando a desenvolver-se e a completar-se com outros “ingredientes”, passíveis de configurar um novo paradigma, o qual se consolidou ao longo dos séculos XIX e XX, modelando a Arquivística que todos conhecemos.

O regime liberal, se, por um lado, precisou de se apropriar dos arquivos para gerir os bens a que estes se referiam, por outro lado, também procurou concentrar e dominar fisicamente a documentação por razões de índole cultural, ou seja, porque ela era necessária para se poder escrever a História da Nação. A visão historicista que, já no século XVIII, havia suscitado o interesse pelas fontes documentais, ganha agora uma outra dimensão e os arquivos passam a constituir verdadeiros “laboratórios” da ciência histórica que, na segunda metade de Oitocentos, aliada ao Positivismo, se desenvolve de forma incontornável. Nesta conjuntura, a Arquivística e os seus praticantes passam a constituir auxiliares preciosos do *métier* de historiador. Não é por caso que a École Nationale des Chartes, fundada em Paris, em 1821, passou a formar um novo tipo de profissional – o arquivista-paleógrafo – que se tornou emblemático do modelo arquivístico que se ia desenvolvendo ao serviço dos historiadores.

Neste contexto histórico e cultural, a prática arquivística começa a ser objecto de reflexão, isto é, ensaia a sua afirmação disciplinar, embora na esfera do saber histórico e na condição de “ciência auxiliar”. Por força das circunstâncias, surgem alguns escritos orientadores da prática arquivística, sendo de relevar as célebres *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, promulgadas a 24 de Abril de 1841 e inspiradas pelo arquivista e historiador Natalis de Wailly, que aí enunciou aquilo que desde então ficou conhecido como o “princípio do respeito pelos fundos” (também chamado “princípio da proveniência” ou “princípio da procedência”)².

Em Portugal, as similitudes com o caso francês são óbvias e as consequências da Revolução Liberal de 1820 para os arquivos são de idêntica natureza: nacionalização de bens e documentação respectiva (arquivos e bibliotecas), transformação do Arquivo da

² Sobre o “princípio de respeito pelos fundos”, ver, por exemplo: MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz - *La Construcción teórica en Archivística : el principio de procedencia*. Madrid : Universidad Carlos III; Boletín Oficial del Estado, 1996. ISBN 84-340-0898-X.

Coroa (Torre do Tombo) em arquivo do Estado Constitucional, com a designação de Arquivo Nacional, e alteração do seu perfil originário (arquivo régio e da administração do Estado Moderno) convertendo-o em serviço destinado a custodiar os documentos nacionalizados, ao serviço do Estado-Nação e da redacção da História Pátria.

O desenvolvimento historiográfico, protagonizado pela figura de Alexandre Herculano, foi também, entre nós, *leit motiv* para incremento da política concentracionista, que conduziu a incorporações em massa de documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. E a necessidade de aceder ao volume imenso de informação incorporada estimulou a formação de profissionais treinados em Paleografia e Diplomática (disciplinas que funcionavam do próprio Arquivo Nacional), para que nos arquivos pudessem preparar os instrumentos necessários (inventários, catálogos, índices, etc.) à investigação dos historiadores³.

De par com a Paleografia, a Diplomática, a Sigilografia, a Numismática e outras áreas disciplinares, a Arquivística deixa de ser uma mera prática empírica e assume, em pleno século XIX, o carácter de disciplina auxiliar da História, matriz que moldará indelevelmente o seu desenvolvimento posterior, ao mesmo tempo que os arquivos/serviço, *vulgo* “arquivos históricos”, irão tornar-se a face mais visível do objecto dessa mesma disciplina.

2. A consolidação do paradigma histórico-tecnicista

O modelo francês, disseminado generalizadamente na Europa de Oitocentos, veio a consubstanciar, de forma paradigmática, uma visão de cariz historicista e custodial que, ao longo do século XX, ganhou novos contornos por força do desenvolvimento tecnológico. Aos “arquivos históricos”, custodiadores da memória da Nação, a partir do início da centúria passada, começa a ser associado um valor patrimonial, assentando na noção de bem cultural, que se possui, se adquire, se coleciona ou mesmo se vende, porque é valorável estética, afectiva e economicamente. Mas, a par desta vertente histórico-cultural dos arquivos, uma outra faceta vem a ganhar

³ Sobre as consequências do Liberalismo para os arquivos em Portugal pode-se ver a dissertação de doutoramento da autora: RIBEIRO, Fernanda - *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. ISBN 972-31-1017-2. vol. 1, cap. 2, p. 401-465.

expressão marcante desde o terceiro quartel do século XIX. No contexto das administrações correntes, funcionários responsáveis pela documentação administrativa encaram os arquivos de um ponto de vista instrumental face à gestão organizacional e desenvolvem técnicas de organização e tratamento da informação, facilitadoras do acesso e da recuperação da mesma, de forma rápida e eficaz. A consagração desta corrente operou-se com a publicação do célebre *Manual dos Arquivistas Holandeses*, dado à estampa em 1898⁴, obra que marca a entrada da Arquivística numa nova era, em que a vertente técnica da disciplina se afirma distanciando-se, por essa via, da subserviência em relação à História.

As conjunturas históricas que antecederam e mediaram as duas Guerras Mundiais, favorecendo o exponencial crescimento da documentação em suporte papel e em novos *media* (proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico) e a necessidade de gerir, para melhor utilizar, a informação produzida pelas administrações e aquela que a política incorporacionista foi canalizando em quantidades imensas para os arquivos históricos, criaram uma dicotomia no seio da Arquivística, colocando em paralelo “arquivos correntes” ou administrativos (*records*, na terminologia anglo-saxónica) e “arquivos históricos” ou definitivos (*archives*, em língua inglesa). Passam, assim, a opor-se, de forma artificial, duas áreas profissionais que lidam com o mesmo objecto de estudo e de trabalho, ocasionando, ao nível epistemológico, uma ruptura na própria disciplina que estuda os arquivos.

O acelerado crescimento da informação nos contextos organizacionais, particularmente nas administrações públicas e privadas, veio colocar uma questão da máxima importância para os responsáveis pela gestão dos documentos – a necessidade da avaliação documental como requisito para uma selecção fundamentada e uma eliminação de documentos baseada em critérios previamente definidos. Esta problemática suscitou a procura de respostas pragmáticas, mas também o surgimento de reflexão teórica a respeito do assunto. Em consequência das soluções encontradas para esta nova questão acentuou-se a separação anti-natural entre arquivos correntes e arquivos históricos, pois as “teorias” fundamentadoras da avaliação/selecção documental favoreciam uma perspectiva em que só ganhava verdadeiro “estatuto

⁴ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. - *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

arquivístico” a documentação considerada de conservação permanente e, logo, digna de ser incorporada nos arquivos históricos, para aí cumprir um papel cultural e patrimonial ao serviço dos investigadores. Mas, como tal documentação era desligada da respectiva entidade produtora e retirada do seu *habitat* original, a ruptura no ciclo vital da informação consumava-se e a inteligibilidade da mesma sofria, naturalmente, constrangimentos perversos.

Vivemos, ainda hoje, sob a influência deste modelo historicista e custodial, a que se foi associando um reforço da componente técnica ao longo de todo o século XX⁵, particularmente acentuado nos tempos mais recentes pelos esforços notórios em prol da normalização descritiva e terminológica.

Todavia, a ênfase posta nos procedimentos técnicos (classificação, ordenação, descrição, etc.), só por si, não foi suficiente para conferir à Arquivística um estatuto de disciplina científica, pois a falta de fundamentação teórica e metodológica constituiu um forte *handicap* na afirmação de cientificidade. A Arquivística ganhou um espaço próprio como área de desempenho profissional, mas o paradigma histórico-tecnicista, que enformou a disciplina nos dois últimos séculos e que potenciou a sua autonomização técnica, acabou por constituir um factor de constrangimento, que não possibilitou o salto qualitativo necessário ao desenvolvimento disciplinar quando a “ameaça” tecnológica aos tradicionais documentos em suportes estáticos e a emergência da Sociedade da Informação começaram a colocar novos desafios. Num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também despoletou, no seu próprio seio, os factores de mudança necessários à superação da própria crise.

3. A era pós-custodial: a Arquivística no campo da Ciência da Informação

A revolução tecnológica do telégrafo, do telefone, da máquina de escrever, da rádio, do microfilme, da televisão, do computador e das comunicações por satélite veio forjar, inevitavelmente, a mudança de paradigma. Com efeito, a emergência de uma nova perspectiva já se fazia sentir desde meados do século XX, mergulhando raízes

⁵ A este propósito, ver: RIBEIRO, Fernanda - Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

mais remotas na visão precursora de Paul Otlet e Henri La Fontaine, consubstanciada num centro mundial de referência designado por Mundaneum e na defesa de uma área profissional inovadora, a Documentação⁶.

Desde final da década de cinquenta do século XX que bibliotecários especializados e documentalistas, a desempenhar funções em Centros de Documentação e de Informação ou em Bibliotecas especializadas, começam a procurar uma identidade própria e investem profissional e academicamente na afirmação da Ciência da Informação, disputando inclusivamente algum terreno a gente da área da Informática. No campo dos arquivos, porém, foi preciso chegar à década de oitenta do século passado para que, mercê de algumas problemáticas concretas que se assumiram como prioridades – a normalização descritiva e a preservação dos documentos electrónicos são dois casos exemplares –, se comesse a questionar o paradigma tradicional.

A simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e duradoira de “documento” (tendencialmente identificado com mensagens registadas num suporte papel) como conceito operativo e como objecto de estudo e marcou a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada “era pós-custodial”. Mas esta mudança de paradigma exige, naturalmente, uma formação em conformidade. Será que a formação recebida actualmente pelos arquivistas os prepara e dota de capacidade de resposta aos principais desafios postos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, englobadas no conceito global e sociológico da Sociedade da Informação?

O novo paradigma emergente, apelidado de científico-informacional⁷, implica uma alteração profunda de perspectiva, muda o objecto de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação”, convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral, e encara a Arquivística, não como um técnica com

⁶ Sobre a acção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, ver, por exemplo: RAYWARD, W. Boyd - The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300; RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle - P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 301-309.

⁷ RIBEIRO, Fernanda - Archival Science... (op. cit.)

especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação.

Uma definição rigorosa de Informação é essencial para a postular como objecto de estudo e imprescindível para tirar consequências a nível da formação profissional que é requerida para o trabalho nesta área. Assim, se definirmos **Informação** como um **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**⁸, somos obrigados a rever criticamente a noção de documento e a cartografar uma área científica que toma a Informação como objecto.

As múltiplas consequências teórico-práticas da definição apresentada e da crítica à noção de documento afectam directamente a profissão de arquivista, que não pode continuar a ser aquele que guarda, conserva e arruma papéis e outros documentos ao serviço dos investigadores, mas terá de se assumir como um gestor de informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. Ser arquivista passa a ser um desafio difícil, mas aliciante, pois urge repensar toda uma herança empírica milenar e questionar o sentido da profissão, já não num quadro de actividades de salvaguarda do património, mas sim numa perspectiva de acesso e conservação da informação como factor de memória identitária do seu organismo produtor.

Além disso, aos arquivistas da era pós-custodial compete também o exercício de contribuir para redesenhar as fronteiras das disciplinas que fazem da Informação não a sua matéria-prima, mas o seu objecto central de estudo e de pesquisa, como é o caso da Biblioteconomia, da Documentação e dos Sistemas Tecnológicos de Informação. As diferenças específicas entre estas disciplinas não são suficientes para legitimar e fundamentar campos científicos autónomos; ao contrário, têm tanto em comum que só podem congrega-se num campo unitário e transdisciplinar como é o da Ciência da Informação, pois aí encontram o seu pleno sentido.

Ao serem impelidos para um mesmo objecto e para metodologias comuns por força da revolução tecnológica da informação, o arquivista, o bibliotecário, o

⁸ Definição incluída em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4. p. 37.

documentalista e o especialista em informática de gestão tendem a fundir-se num novo profissional que sintetiza as diversas competências adstritas a todos eles. Urge, pois, remodelar a formação em conformidade com esta nova perspectiva e repensar o papel dos arquivistas na Sociedade da Informação.

O técnico, guardador de documentos que, na rectaguarda, esperava discretamente que a entidade orgânica produtora de informação lhe remetesse aqueles suportes documentais que deixavam de ter uso administrativo corrente terá de, na chamada “era pós-custodial”, passar a estar na linha da frente, isto é, junto da produção da informação, e de ser o gestor e estruturador do fluxo informacional que corre no seio da organização e alimenta o funcionamento e a capacidade decisória da mesma.

O caminho que importa percorrer está ainda no início, mas adivinha-se difícil, complexo e pleno de aventuras estimulantes...